



POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: UMA ANÁLISE DOS SITES DAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA¹

Cristiano Sant'anna Bahia²

Marco Aurélio Avila³

Jádila de Jesus Graça⁴

Mariana Santos Singer⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o conteúdo sobre as políticas de esporte e lazer em sites oficiais dos municípios do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia. Foi realizado um levantamento bibliográfico e a coleta de dados nos sites dos municípios. Os resultados indicam que em 84,6% dos municípios não há ou não constam nos sites oficiais informações sobre um órgão gestor de Esporte e/ou Lazer e são percebidas desigualdades no que se refere à representação feminina na gestão dos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; atividades de lazer; política pública.

INTRODUÇÃO

Historicamente constata-se a precariedade de ações que sejam fruto de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios da Bahia (SAMPAIO; SILVA; BAHIA, 2012) e se observa que os programas, projetos e ações são esporádicos, não se caracterizando enquanto direitos sociais originados de desdobramentos de políticas desses setores (MENDES; AZEVEDO, 2010).

Neste contexto, sugere-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) devam participar do processo de elaboração das políticas por meio de pesquisa que proporcionem suporte aos gestores, justificando a realização deste estudo.

O objetivo geral do estudo é analisar o conteúdo disponível sobre as políticas de esporte e lazer em sites oficiais nos municípios Médio Sudoeste da Bahia⁶. Futuramente, na coleta de dados *in loco*, pretende-se aprofundar as investigações

1 Estudo realizado em parceria com a (UFBA) e outras (IES) do Estado da Bahia, no âmbito da Rede CEDES - Ministério do Esporte.

2 Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), csbahia1@gmail.com

3 Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), mavila1000@gmail.com

4 Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), jadalagraca@hotmail.com

5 Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), marihsinger3101@gmail.com

6 Território composto por treze municípios: Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

sobre outras questões como: gênero, formação de gestores e conteúdos dos programas, projetos e relatórios.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo exploratório/descritivo, que tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2010). A abordagem metodológica utilizada foi predominantemente quantitativa (APPOLINÁRIO, 2006). A pesquisa se caracteriza como indireta, pois inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica (LAKATOS E MARCONI, 2008) para posterior coleta e análise dos dados disponíveis online em sites oficiais das prefeituras.

Na **pesquisa bibliográfica** foram adotados os seguintes procedimentos:

Definição das palavras-chave para a busca de estudos no Portal de Periódicos CAPES e na Base de dados Scielo.

A partir do cruzamento das palavras-chave lazer, esporte e política realizou-se a busca de artigos nas bases de dados citadas e a leitura exploratória e seletiva, baseada nos títulos e resumos, visando determinar o material que de fato tem importância. Essa atividade foi realizada entre 3 de maio e 21 de junho de 2016, sendo selecionados 9 artigos. O mesmo procedimento foi realizado a partir do cruzamento das palavras-chave governo eletrônico, inclusão digital e Internet, sendo selecionados 5 artigos.

Posteriormente foi realizada a **leitura analítica e interpretativa** dos estudos (NASCIMENTO & TEIXEIRA, 2012). Essa atividade está em andamento e ocorre com auxílio do Grupo de Pesquisa em Esporte, Lazer e Turismo: política e planejamento.

Para a realização da análise do conteúdo disponível online nos sites oficiais dos municípios foi adotada a leitura técnica. Essa etapa se concretizou a partir da busca, arquivamento e registro dos dados de sites das prefeituras e das Câmaras de Vereadores. Essa coleta ocorreu em duas etapas:

- **Pré-análise** – visita a alguns sites para familiarizar a equipe com o tipo de material a ser coletado e padronização dos mecanismos de coleta e armazenamento.
- **Coleta** – caracterizada pela identificação, armazenamento e organização dos dados em planilhas do Excel. No caso dos programas, projetos, relatórios, Lei Orgânica e outros documentos, foram criadas subpastas no *Microsoft Office Word*.

Os dados foram codificados e classificados e estão apresentados em tabelas, utilizando-se os artifícios da estatística descritiva como frequência e percentuais. Para interpretar as informações coletadas foi utilizada a análise do conteúdo em três fases: (a) pré-análise – a fase de organização dos dados; (b) exploração do material – codificação, enumeração e classificação dos dados; (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 2009).

RESULTADOS

Inicialmente, constatou-se que os treze municípios desse Território possuem sites oficiais e que não há uniformidade no que se refere à nomenclatura dos órgãos administrativos de esporte e do lazer. (TABELA 1).

Tabela 1 – Órgão Gestor em que estão alocados Lazer e Esporte nos municípios

Pastas	Frequência	(%)
Secretaria de educação, cultura e esporte	1	7,7%
Secretaria de esporte	1	7,7%
Não encontrados	11	84,6%
Total	13	100%

Fonte: Dados de pesquisa online, 2017.

Em 84,6% dos municípios não há ou não constam nos sites oficiais informações sobre um órgão gestor de Esporte e/ou Lazer. Esse dado é preocupante, pois em estudos realizados em outros territórios de identidade da Bahia⁷ essa lacuna é menor, por ex. na Costa do Descobrimento é 25% e no Litoral Sul, 46,1%.

Os temas lazer e esporte apresentam uma evidente relação com diversos setores, como: saúde, cultura, trabalho, educação, turismo, entre outros. Porém, apesar das lacunas históricas relacionadas às políticas públicas para esses setores, recentemente observam-se avanços, especialmente a partir da realização das Conferências Nacionais do Esporte, em que o lazer foi efetivamente integrado ao Ministério do Esporte. A configuração de programas e de ações governamentais, bem como a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, reforça a integração entre os setores. A partir desse posicionamento nacional, considera-se que a nomenclatura mais adequada em nível municipal seria Secretaria de Esporte e de Lazer.

No que se refere ao sexo dos gestores foi constatado nos dois sites em que foi possível encontrar o nome que um é do sexo masculino e outro do feminino. Ressalta-se que a identificação foi realizada pelo nome e que em onze municípios não havia menção ao gestor ou a pasta relacionada com Esporte e Lazer⁸.

Neste sentido, Sabino e Lima esclarecem que:

embora as mulheres sejam mais da metade da população nacional, sua representatividade nos quadros dos Poderes Públicos está muito aquém dos 50%. De fato, conforme dados da Inter-Parliamentary Union (IPU), publicados em setembro de 2012, de um total de 190 países, o Brasil ocupa a posição 119 quando se analisa o percentual nacional de cadeiras no parlamento ocupadas por mulheres. Segundo o documento, apenas 8,6% das vagas na Câmara dos Deputados foram ocupadas por mulheres nas eleições de 2010 (SABINO; LIMA, 2015, p. 3).

A Lei Orgânica do Município foi encontrada em 23,1% dos sites e não estava disponível em 76,9% das páginas. Sabendo que essa Lei contém a base legal que norteia a vida dos cidadãos e, de modo local, corresponde à Constituição da República, consideramos importante que esse instrumento esteja à disposição de todos. Assim, o compartilhamento da referida Lei nos sites ofereceria aos munícipes um atendimento mais democrático, conferindo maior transparência na gestão.

Outra questão importante, que será aprofundada nos desdobramentos do estudo, é que foram encontradas 14 menções (58,33%) ao termo “Esporte” ou

⁷ Artigos publicados no 28º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer em novembro de 2016. Porém, ainda não foram publicados os Anais.

⁸ Sabe-se que verificação do sexo a partir do nome pode incorrer em erro, porém trata-se de análise inicial, que será conformada posteriormente com a coleta de dados in loco.

“Desporto” e 10 menções (41,67%) ao termo “Lazer” na Lei Orgânica dos Municípios em que esse documento estava disponível, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Menções de Esporte e Lazer - na Lei Orgânica

	Frequência	(%)
Esporte / Desporto	14	58,33
Lazer	10	41,67
Total	24	100,00

Fonte: Dados de pesquisa online, 2017.

Outra questão importante que reflete essa falta de transparência e comunicação com o cidadão refere-se à indisponibilidade de conteúdo sobre os temas lazer e esporte, pois em 84,6% dos sites dos municípios não foram encontradas informações sobre programas e projetos desses setores, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Programas e projetos de esporte e lazer

	Frequência	(%)
Encontrados	2	15,4%
Não encontrados	11	84,6%
Total	13	100%

Fonte: Dados de pesquisa online, 2017.

Considerando os desejos da população e os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer garantidos pela constituição (BRASIL, 1998), não há motivos para não disponibilizar essas informações nos sites aos municípios.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados, é razoável afirmar a necessidade de repensar o desenvolvimento das Políticas Públicas no âmbito de Esporte e Lazer nos municípios do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia.

De tal modo, destaca-se a necessidade de considerar efetivamente o cidadão como parte integrante do processo das decisões políticas, adotando mecanismos que visem tornar a gestão mais democrática e transparente, proporcionando inovações e reconhecimentos das vantagens oriundas do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação para ampliar as interações com os munícipes.

Por outro lado, um dado importante para ser investigado na pesquisa *in loco* reside no fato de que em 84,6% dos municípios não há ou não consta no site oficial das prefeituras informações sobre um órgão gestor de Esporte e/ou Lazer. Supostamente, isso reflete um descaso em relação a esses relevantes setores (no caso do lazer, mais do que relevante é um direito social) demarcados na Constituição Brasileira e na declaração dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Enfim, ressaltamos que neste artigo foram destacados alguns elementos do estudo, visando iniciar algumas reflexões acerca das políticas públicas sobre Esporte e Lazer no Médio Sudoeste. A partir dos desdobramentos do estudo, espera-se que as reflexões e propostas sejam aproveitadas e incorporadas ao processo de gestão e

planejamento dos municípios da área analisada e, desta forma, venham a contribuir para a adoção de um modelo de desenvolvimento das políticas de esporte e lazer mais qualificado, democrático e participativo.

SPORTS AND LEISURE POLICIES: AN ANALYSIS OF THE SITES OF THE MUNICIPALITIES OF THE SOUTHWEST MIDDLE OF BAHIA

ABSTRACT: The objective is to analyze the content about sports and leisure policies in official websites of the municipalities of the Territory of Southwest Middle of Bahia. A bibliographic survey and the collection of data on the websites of the municipalities were carried out. The results indicate that in 84,6% of the municipalities there are no or official information on a sport and / or leisure management body and that inequalities are perceived with regard to female representation in the management of municipalities.

KEYWORDS: Sport; leisure activities; public policy.

POLÍTICAS DE DEPORTE Y OCIO: UNA EVALUACIÓN DE LOS SITIOS DE LOS AYUNTAMIENTOS DE LOS MUNICIPIOS DEL MÉDIO SUDOESTE DE BAHIA.

RESUMEN: El objetivo es analizar el contenido de las políticas deportivas y de ocio en los sitios de web oficiales de los municipios del Territorio de Identidad Médio Sudoeste de Bahia. Se llevó a cabo una revisión de la literatura y de recogida de datos en los sitios web de los municipios. Los resultados indicaron que en 84,6% de los municipios no existe o no figura en la información en los sitios web oficiales respecto un órgano de gobierno del deporte y/o de ocio, y que las desigualdades son percibidas en lo que se refiere a la representación de las mujeres en la gestión de los municipios.

PALABRAS CLAVE: Deporte; Actividades Recreativas; política pública.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, E. S.; TEIXEIRA, V. M. Redação técnico-científica e pesquisa bibliográfica: algumas reflexões. **Enfermagem Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 213-228, Out. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/4089>>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

MENDES, D.A; AZEVEDO, H.P. Políticas Públicas de Esporte e Lazer & Políticas Públicas Educacionais: Promoção da Educação Física Dentro e Fora da Escola ou Dois Pesos e Duas Medidas?*. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 127-142, setembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v32n1/v32n1a09>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SABINO, M. C; LIMA, P. V. P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Estudos Feministas** 23.3 (2015): 713-734.

SAMPAIO, C. A; SILVA, P.V.J; BAHIA, S.B. Investimento em Infraestrutura do Mundial FIFA 2014: Quem ganha? e Quem Perde. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, n. 39, P. 76-91 Dez./2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia>. Acesso em: 23/03/17.